



A CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

THE CRISIS OF REPRESENTATIVE DEMOCRACY

Julio Roberto de Souza Pinto*

Débora Messenberg Guimarães**

Flávia Lessa de Barros***

O sistema-mundo moderno (WALLERSTEIN, 1984; 2007) se sustenta sobre três projetos de monopólio inter-relacionados: o econômico, que garante a contínua acumulação de capital e assim o funcionamento do sistema; o político, que garante o monopólio econômico; e, finalmente, o cultural, que garante o monopólio político.

A cultura política mundialmente hegemônica na contemporaneidade começou a ser construída na Europa do século XVI, com o “Renascimento”, mas foi no século XVIII, com o “Iluminismo”, que ela assumiu a forma com a qual passou a controlar os corações e mentes de grande parte dos habitantes do planeta pelos séculos seguintes.

Um dos principais arquitetos dessa cultura política hegemônica foi o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau. Rousseau queria construir um sistema político que garantisse democracia numa situação em que a propriedade privada gerava desigualdade e, portanto, punha em risco a liberdade; um sistema político que edificasse um estado, defendesse a propriedade privada e definisse a propriedade pública como sendo algo que, pertencendo a todos, não

* Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília e pós-doutor pela Universidade de Oxford, Reino Unido (2011-2012), e pela Universidade de Duke, EUA (2014-2015). É professor do Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados. Desenvolve pesquisas relacionadas com as seguintes áreas: modernidade, pós-modernidade, pós-colonialismo, decolonialismo, democracia, representação e participação política, políticas públicas e legislativas (julio.pinto@camara.leg.br)

** Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2000) e pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (2006). Atualmente é professora adjunto 3 da Universidade de Brasília. Foi membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (2009-2011). Tem experiência na área de Sociologia Política, Pensamento Social Brasileiro e Sociologia Rural. Desenvolve pesquisas relacionadas, principalmente, aos seguintes temas: democracia, cultura política, modelo político brasileiro, elites políticas e parlamento (debmess@gmail.com).

*** Doutora em Sociologia (2005), com Pós-Doutorado em Sociologia (2007) pela Universidade de Brasília. Professora do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, da Universidade de Brasília. Coordenadora do Núcleo-Rede de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Democracia na América Latina. Coordenadora do GT Estudos Políticos, Sócio-jurídicos e Institucionais da Associação Latino-Americana de Sociologia, Membro do GT Integração Regional e Unidade Latino-Americana e Caribenha, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Principais áreas: Sociologia Política, Sociologia do Desenvolvimento; Sociologia Latino-americana (flaviabarros@unb.br).

pertencesse a ninguém. A representação política estaria, pois, a serviço de todos, mas, sendo de todos, não seria de ninguém. Para Rousseau, essa representação política seria gerada pela passagem da “vontade de todos” os que constituíam a sociedade para a “vontade geral”, ou seja, a vontade daqueles pré-selecionados por todos, mas que não respondem a ninguém. Como dizia Carl Schmitt, representar significa tornar presente um ausente, ou seja, ninguém (*apud* HARDT; NEGRI, 2012).

As ideias de Rousseau foram inscritas na Constituição dos Estados Unidos e nas constituições resultantes da Revolução Francesa. A Revolução Francesa foi a grande virada da história do sistema-mundo moderno, tendo trazido duas mudanças fundamentais, que constituíram a base da cultura política do sistema-mundo moderno: a normalidade da mudança política e a reformulação do conceito de soberania, agora investida no povo-cidadão. O conceito de soberania popular, se teoricamente era inclusivo, na prática resultou na exclusão de muita gente. Na realidade, a história da política dos séculos XIX e XX foi a história do debate em torno da linha que divide incluídos e excluídos, mas esse debate sempre se deu dentro do arcabouço de uma geocultura que proclamava a inclusão de todos como definição da boa sociedade.

Na primeira metade do século XIX, o cenário ideológico restringia-se basicamente ao conflito entre conservadores e liberais. Não havia qualquer grupo forte que esposasse uma ideologia mais radical. Aqueles com inclinações mais radicais frequentemente se ligavam a movimentos liberais como pequenos apêndices, ou procuravam criar pequenos espaços de dissidência. Foi a Revolução Mundial de 1848 que ampliou o espectro ideológico de dois para três adversários: conservadores à direita, liberais ao centro e radicais à esquerda.

Embora passageira e duramente reprimida, a Revolução Mundial de 1848 provocou uma série de questionamentos estratégicos. Os conservadores perceberam que o Reino Unido foi o único país a não se envolver com a Revolução Mundial de 1848, apesar de ter sido o palco do mais importante movimento radical da Europa na década anterior. O segredo parecia haver sido o tipo de conservadorismo pregado e praticado lá por Robert Peel, consistente de pequenas concessões destinadas a enfraquecer o apelo a ações mais radicais (WALLERSTEIN, 1991; 2007). Os radicais, por sua vez, conquanto quisessem deixar de ser meros apêndices dos liberais, convenceram-se das graves limitações de seu espontaneísmo. Os liberais, finalmente, perceberam que não bastava pregar as virtudes de se confiar aos especialistas a responsabilidade por uma mudança social razoável e oportuna; eles precisam se engajar na arena política se quisessem que isso acontecesse. Para tanto, eles teriam de se articular com seus antigos e novos adversários, consolidando-se como uma ideologia de centro.

Foi o que de fato ocorreu. O período de 1848 até a Primeira Guerra Mundial foi marcado pelo delineamento de um programa liberal nos países centrais do sistema-mundo moderno. Esse programa consistia de três elementos principais: gradual extensão do sufrágio e

expansão do acesso à educação; expansão do papel do estado na proteção da atividade laboral, da saúde e do salário dos trabalhadores; transformação da cidadania de estado em “nação”. Ou seja, a transformação em política pública do *slogan* “liberdade, igualdade e fraternidade”. Curiosamente, o programa dos liberais veio a ser executado pelos conservadores – Disraeli, extensão do sufrágio; Napoleão III, legalização dos sindicatos; e Bismarck, criação do estado de bem-estar social – e apoiado pelos radicais. Os conservadores e os radicais se transformaram, portando, em meros avatares dos liberais, em relação aos quais suas diferenças se tornaram mais marginais do que fundamentais (WALLERSTEIN, 1991; 2007).

O triunfo do liberalismo na definição da cultura do sistema-mundo moderno no século XIX e na maior parte do XX foi possibilitado pelo desenvolvimento dos fundamentos legais do estado liberal e da democracia representativa. Mas, por mais paradoxal que pareça, foi igualmente viabilizado pelo surgimento e pela crescente importância dos movimentos antissistêmicos, cujas atividades, em seu conjunto, serviram para reforçar o sistema (WALLERSTEIN, 1991; 2005; 2007).

As tentativas por parte de diferentes grupos de se incluírem como cidadãos se tornaram o foco central dos movimentos antissistêmicos. Em meados do século XIX, surgiam os primeiros sindicatos e partidos trabalhistas e socialistas, primeiro nos grandes centros de produção industrial e, em seguida, no resto do mundo. Durante a maior parte do século XIX e boa parte do século XX, essas organizações foram hostilizadas tanto pelas máquinas estatais como pelas empresas. Esses primeiros movimentos sociais definiam, pois, sua luta como sendo travada entre trabalhadores e capitalistas. Na prática, os trabalhadores tendiam a se definir como homens adultos pertencentes ao grupo étnico dominante em determinado país. Aqueles “excluídos” dessa classificação tiveram de se organizar em categorias de grupo de *status* (mulheres, de um lado; minorias raciais, religiosas, linguísticas e étnicas, de outro).

De 1830 a 1970, a história das relações desses dois tipos de movimentos antissistêmicos foi marcada por grandes tensões e até mesmo hostilidades, com ocasionais interlúdios de solidariedade e cooperação. Por muito tempo, esses diversos grupos oprimidos discutiram se era mais importante mudarem a si mesmos – opção cultural – ou as instituições que os oprimiam – opção política. No início do século XX, não somente a opção política tinha vencido, mas também uma agenda de ação havia sido definida: primeiro obter o poder no estado, depois transformar o mundo.

Mas a resposta dos europeus aos problemas da própria existência social – transformada pelos seus mais ilustrados filósofos numa resposta universal aos desafios da existência de todos os grupos sociais – e o programa liberal centrista – executado por governos conservadores com o apoio de movimentos antissistêmicos e por um longo período vinha prevalecente sem contestação significativa – entraram em crise a partir do final da década de 1960 e do início da década de 1970, não por acaso na mesma ocasião em que a economia-mundo e o sistema

interestatal controlado pelos Estados Unidos também entraram em colapso.

A Revolução Mundial de 1968 foi o marco inicial da crise do sistema-mundo moderno. Representou o fim do longo período de supremacia liberal, deslocando assim a cultura que sustentava as instituições políticas do sistema-mundo. O deslocamento dessa geocultura e o consequente abalo das instituições políticas, por sua vez, desequilibraram os fundamentos da economia-mundo capitalista, expondo-a à força dos choques políticos e culturais, aos quais ela sempre esteve sujeita, mas dos quais sempre esteve protegida.

Desde 1945 a economia-mundo vinha experimentando a maior expansão das estruturas produtivas da história do sistema-mundo moderno. Ao mesmo tempo, os movimentos antissistêmicos tiveram extraordinário êxito em realizar seu objetivo imediato: chegar ao poder nas estruturas do Estado. Partidos comunistas governavam a vasta área setentrional da Europa Central ao Sudeste Asiático. No mundo pan-europeu (Europa Ocidental, América do Norte e Austrália), partidos socialdemocratas ou equivalentes periodicamente assumiam o governo. Movimentos de libertação nacional chegavam ao poder no resto da Ásia e na maior parte da África. No Brasil e no resto da América Latina, movimentos nacionalistas e populistas ganhavam controle. Eram tempos de grande otimismo.

Contudo, por trás de toda a euforia crescia uma grande desilusão com os movimentos populares instalados no poder. O segundo passo da fórmula dos dois passos – mudar o mundo – parecia estar cada vez mais longe de ser realizado. Apesar do crescimento econômico do sistema-mundo, o abismo entre o centro e a periferia tornava-se maior do que nunca. E, apesar da chegada ao poder dos movimentos antissistêmicos, o grande élan participativo do período de mobilização parecia ter morrido. Novos estratos privilegiados surgiam. Pessoas comuns eram desencorajadas a fazer demandas ao governo que supostamente as representavam. Antigos militantes abandonavam o movimento.

A Revolução Mundial de 1968 foi, pois, o resultado da combinação do antigo ódio contra o sistema-mundo e do desapontamento com a capacidade dos movimentos antissistêmicos de transformar o mundo. Ela continha dois temas que se repetiam pelo mundo afora: um era a rejeição do poder hegemônico dos Estados Unidos combinada com a queixa de que a União Soviética, supostamente antagônica, era conivente com a ordem mundial que os anglo-americanos tinham estabelecido; o outro era a reclamação de que os movimentos antissistêmicos tradicionais – a “velha esquerda” – uma vez instalados no poder, não cumpriam suas promessas.

Embora não tivessem sido capazes de conduzir seus líderes ao poder, os revolucionários de 1968 legitimaram e fortaleceram a desilusão em relação aos velhos movimentos antissistêmicos e às estruturas estatais que esses movimentos vinham paradoxalmente consolidando. Essa mudança de sentimento, por conseguinte, longe de reforçar o *status quo*, na realidade abalou o apoio político e cultural da economia-mundo capitalista. Os oprimidos

deixavam de acreditar que a história estava a seu lado. Não mais se dispunham a suportar necessidades presentes em nome de uma suposta prosperidade futura, a ser contentar com pequenas concessões na esperança de que elas se reverteriam numa vida melhor para seus filhos e netos. Ou seja, iniciou-se um processo de destituição de antigas e de constituição novas subjetividades. O sistema-mundo moderno perdia seu principal mecanismo estabilizador: o oprimido otimista.

Com o fim da hegemonia do centro liberal, a direita e a esquerda iniciaram um processo de radicalização. Uma coalizão de direita tentou conter o aumento dos custos de produção, reduzindo os níveis salariais, reexternalizando os custos de matérias-primas e reduzindo a tributação destinada a financiar o estado de bem-estar social. O discurso do desenvolvimentismo foi substituído pelo da globalização, que apregoava a abertura de todas as fronteiras ao livre fluxo de bens e capital – mas não de pessoas. Na realidade, o grande objetivo era reverter os ganhos obtidos pelos estratos mais baixos durante o último período de expansão da economia. Margaret Thatcher e Ronald Reagan assumiram a liderança desse projeto, que, como teoria, ficou conhecido como “neoliberalismo” e, como política, como “Consenso de Washington”. O Fórum Econômico Mundial de Davos tornava-se o *locus* da promoção da teoria, e o Fundo Monetário Internacional – FMI e a Organização Mundial do Comércio – OMC tornavam-se os principais executores da política. Thatcher chegou a cunhar o *slogan* “*There is no alternative*” ou *TINA*. E, para assegurar que de fato não haveria alternativa, o FMI, apoiado pelo Tesouro dos Estados Unidos, impunha uma estrita aderência ao programa neoliberal a todo e qualquer país com dificuldade financeiro-orçamentária que batesse à sua porta.

O prolongamento da estagnação econômica tem tornado extremamente difícil a resistência às pressões por “ajustes estruturais” e pela abertura de suas fronteiras por parte dos governos da velha esquerda, especialmente no Sul e na antiga zona soviética. Certo sucesso na contenção dos custos de produção tem sido alcançado, ainda que bem abaixo do esperado por seus promotores e do necessário para pôr um fim ao encolhimento dos lucros. O contínuo encolhimento nos lucros da atividade produtiva tem levado cada vez mais capitalistas a especular no mercado financeiro, aventura que tem resultado em grandes lucros para poucos, mas deixa a economia-mundo ainda mais volatilizada e sujeita a oscilações da moeda e do emprego.

Os ataques de 11 de setembro de 2001 deram novo impulso ao movimento de radicalização da direita. Um programa baseado em afirmações unilaterais de força militar por parte dos Estados Unidos tem sido executado em combinação com uma tentativa de enfraquecer muitas das estruturas geopolíticas definidas depois de 1945, como a Organização das Nações Unidas – ONU. Tais esforços de reocidentalização ou de retomada do controle do Ocidente sobre o resto do mundo, entretanto, só têm agravado ainda mais a instabilidade do sistema.

Noutra ponta, observa-se a emergência de uma nova esquerda, que coloca em segundo

plano as pretensões eleitorais e inicia o chamado “movimento de movimentos”, identificado especialmente com o Fórum Social Mundial, criado em Porto Alegre em 2001. O “Fórum de Porto Alegre”, como ficou conhecido, não é uma organização, mas um espaço de convergência de militantes de diferentes tipos e persuasões, engajados numa variedade de ações que vão desde demonstrações coletivas mundiais ou regionais até a organização política em escala local por todo o globo. Em certo sentido, a nova esquerda representa o reconhecimento de que tanto a agenda cultural deve receber a mesma prioridade que a agenda política, quanto os chamados “esquecidos” – mulheres, minorias raciais, religiosas, linguísticas e étnicas –, assim como pacifistas e ecologistas, devem gozar do mesmo protagonismo que os membros dos movimentos antissistêmicos tradicionais.

Mais recentemente, a antiga objeção às condições de funcionamento do sistema-mundo – intensificada pelo rentismo prevalecente na economia nos últimos tempos – e o desapontamento com a velha esquerda no poder – agravado por sua incapacidade de resistir às pressões por “ajustes estruturais” – levaram milhões de pessoas a ocuparem, desde dezembro de 2010, ruas e praças de diferentes regiões do mundo. Com uma diversidade de bandeiras e caracterizados por especificidades históricas e conjunturais, os movimentos eclodiram na Tunísia, passando pelo Egito e alcançando outros países no norte da África e no Oriente Médio. Em maio de 2011, os Indignados ocuparam as praças centrais de Madri e Barcelona. Os acampamentos espanhóis, inspirados nas revoltas da Tunísia e do Egito, levavam adiante suas lutas de uma maneira inovadora. Contra o governo socialista de José Luis Rodriguez Zabateno, os espanhóis exigiam “*Democracia real, ya*”, recusando a representação dos partidos políticos, ao tempo em que protestavam contra a corrupção dos bancos, o desemprego, a falta de serviços sociais, a insuficiência de moradias e a injustiça dos despejos. Antes mesmo do desmonte dos acampamentos de Madri, em junho os gregos tomavam o bastão e ocupavam a principal praça de Atenas para protestar contra as medidas de austeridade. Não muito depois, era vez de Israel, do Reino Unido e dos Estados Unidos, onde o movimento se notabilizou como *Occupy Wall Street*, dali se espalhando por todo o mundo. A partir de junho de 2013, milhões de brasileiros saíram às ruas das principais cidades do país.

Conquanto singulares e orientados a condições locais específicas, esses movimentos demonstram interfaces, diálogos e influências mútuas. Os egípcios trilharam o caminho dos tunisianos, chegando a adotar os mesmos *slogans*, mas os ocupantes da *Puerta del Sol* também se viam tendo a mesma experiência que os da Praça Tahrir. Por sua vez, a atenção em Atenas e em Tel Aviv estava voltada para as experiências de Madri e Cairo. Os ocupantes de Wall Street tinham em vista o conjunto desses movimentos e manifestações, estabelecendo, por exemplo, a correspondência entre a luta contra a tirania política e a luta contra a tirania financeira. O mesmo se pode dizer dos milhões de brasileiros que saíram às ruas. Não obstante os alvos iniciais dos protestos que tomaram o Brasil terem sido o aumento das tarifas dos transportes

públicos e a violência policial, ao final as manifestações no Brasil expuseram indignações semelhantes às das multidões que meses antes se aglomeraram em diferentes regiões do planeta.

Todos esses movimentos claramente compartilham uma série de características, entre as quais destaca-se a estratégia de acampamento e de ocupação. Outra característica comum é a horizontalidade da organização sem lideranças imediatamente assumidas e identificáveis, cujas decisões são anunciadas como resultado de práticas democráticas em que todos participam. Muitos desses movimentos compartilham a luta pelo comunal, em contraposição às injustiças do neoliberalismo e, em última análise, à propriedade privada. Mas isso não os torna socialistas. Na realidade, temos visto muito poucos movimentos autodefinidos como socialistas tradicionais saindo às ruas na atualidade. Em sua luta pelo comunal, esses movimentos contestam a propriedade privada, mas, ao mesmo tempo opõem-se ao controle da propriedade pública pelo Estado.

Destarte, os vários movimentos emergentes no último período não somente guardam relação de conexão com os demais movimentos deflagrados quase que simultaneamente em diferentes regiões do planeta, como também apresentam algumas relações de continuidade com os movimentos deflagrados desde a Revolução Mundial de 1968. A grande maioria, cada qual a seu modo, tem demonstrado intolerância com os crescentes privilégios de pequenas minorias traduzidos em promessas nunca realizadas de prosperidade econômica e participação política.

Impropriamente designados de “nova esquerda”, esses novos movimentos sociais interconectados globalmente representam um esforço de superação radical do sistema-mundo moderno e de suas principais instituições, as quais, como sustenta Karatani (2014), são indissociáveis e complementares, de maneira que, faltando uma, todo o sistema cai por terra: capital, Estado e nação ou, mais apropriadamente, capital-Estado-nação. Representam, portanto, rupturas com o liberalismo e com os tradicionais movimentos antissistêmicos que o apoiaram em sua versão original e modificada.

Argumentamos acima que esses novos movimentos sociais globais – assim como todos os que os antecederam, desde a Revolução Mundial de 1968, passando pelas várias revoltas contra as medidas de austeridade impostas pelo Banco Mundial e pelo FMI no Peru em 1976, no Egito em 1977, na Venezuela em 1989 e na Argentina em 2001 – compartilhavam, entre outras coisas, a luta pelo comunal, ou seja, a contestação tanto da propriedade privada como do controle pelo Estado da propriedade pública. Querem substituir o objetivo do crescimento econômico pelo objetivo da decomodificação máxima – aquilo que movimentos indígenas americanos chamam de “*buen vivir*”. Isso significa não somente resistir à crescente pulsão de comodificação dos últimos trinta anos – da educação, da saúde, do corpo, da água, do ar –, mas também a decomodificação da produção agrícola e industrial.

Porém, mais do que isso, os novos movimentos sociais globais têm questionado as estruturas da representação política e os regimes de governança liberal. O audacioso salto feito

pela teoria e pela prática da democracia representativa – da “vontade de todos” para a “vontade geral – finalmente se revelou fatal, e até mesmo as novas formas de governança, estendidas como uma rede de proteção ao acrobata em queda livre, revelaram-se excessivamente desgastadas e frágeis (HARDT; NEGRI, 2012). Em outras palavras, o debate político-constitucional foi reaberto. A demanda que se apresenta hoje não é apenas de conteúdo – ou seja, do privado para o público e do público para o comunal –, mas também de forma.

Diante disso, para que sobreviva como fórum institucional privilegiado, o Parlamento terá de se reinventar. Reconhecendo que não mais detém – e talvez nunca tenha detido – o monopólio da política institucional, o Parlamento terá de tornar-se mais representativo, transparente, responsivo e permeável à sociedade civil e aos que vêm sendo mantidos fora dela, criando meios institucionais efetivos de participação política, e passar a conviver de maneira mais cooperativa do que competitiva com outras instâncias de discussão e formulação de políticas públicas, tais como conselhos e conferências, assim como outras que venham e devam ser instituídas.

É com base nessa percepção que, dentre as várias palestras apresentadas na última edição (terceira) de nosso Seminário Internacional *Estudos Legislativos* e os respectivos textos, selecionamos três textos, ainda inéditos, que guardam relação com a requalificação do Parlamento brasileiro de que temos falado. Outros cinco textos já foram publicados no dossiê *Desafios da consolidação democrática na América Latina*, no n.1 do v. 29 (2014) da Revista *Sociedade e Estado* (Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília). Eventualmente, todos os textos resultantes do III Seminário Internacional *Estudos Legislativos* serão publicado em forma de livro. Os textos selecionados para esta publicação são os seguintes: *Women's representations and democratic consolidation in Latin America*, de Leslie Schwindt-Bayer; *Legislative accountability: should Brazil break up its big electoral districts*, de John Carey; e *Inovação institucional e opinião pública: um estudo sobre a imagem pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais*, de Mario Fuks.

No primeiro texto, Leslie Schwindt-Bayer, professora de Ciência Política da Rice University, EUA, mostra que, apesar dos avanços, as mulheres continuam sub-representadas nos parlamentos nacionais latino-americanos em geral e no parlamento brasileiro em particular. Schwindt-Bayer destaca que a representatividade política das mulheres varia significativamente nos diferentes países latino-americanos e atribui essa variação primariamente a diferenças nas instituições e institutos eleitorais, mais especificamente a diferenças na magnitude eleitoral, nas leis de cotas femininas e no controle que os partidos exercem sobre suas listas de candidatos. Entre os inúmeros benefícios decorrentes de uma maior inclusão de mulheres nos parlamentos nacionais, Schwindt-Bayer enfatiza a maior importância dada a questões de interesse das mulheres. Mas os desafios ainda são grandes para as mulheres na política, avultando entre eles a persistente falta de acesso ao poder real, ressalta Schwindt-Bayer.

Se Leslie Schwindt-Bayer propõe a ampliação da representatividade, John Carey, no texto seguinte, defende a requalificação do parlamento brasileiro pelo aperfeiçoamento da responsividade ou *accountability* política. E a proposta de Carey, professor de Governo do Dartmouth College, EUA, é muito simples: fragmentação de muitos das circunscrições estaduais usadas para a eleição de deputados em distritos menores, cada qual elegendo um número menor de deputados. Carey fundamenta sua proposta no fato de que distritos que elegem um número de baixo para moderado de parlamentares possibilita a otimização da bem conhecida troca ou *trade-off* entre uma representação inclusiva e um governo responsivo ou *accountable*. Carey argumenta que se deveria buscar na representação legislativa três coisas: representatividade, responsividade ou *accountability* coletiva e responsividade ou *accountability* individual. Em que pese a reconhecer a troca ou *trade-off* inevitável entre esses três objetivos, sustenta que isso não ocorre de modo linear, e que as regras eleitorais podem ser configuradas de sorte a maximizar a qualidade da representação. Argumenta, portanto, que a maneira mais simples de se obterem tais ganhos é mantendo o sistema eleitoral proporcional, mas limitando a magnitude eleitoral (número de deputados por distrito) a níveis moderados, que variam de 4 a 8.

Por último, o texto de Mario Fuks, professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, sugere que, a menos que essa requalificação do Parlamento seja radical, pouco efeito terá sobre a opinião pública, que, como mostram as pesquisas de opinião, tem baixíssimo apreço por essa instituição central do sistema político representativo. Fuks, no último texto de nosso dossiê, apresenta os resultados de uma pesquisa sobre os efeitos das inovações institucionais promovidas na década de 1990 pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG. E os dados entabulados por Fuks revelam que pouco impacto essas inovações institucionais exerceram sobre a percepção que os mineiros têm em relação a seu parlamento estadual. Segundo Fuks, essa situação se explica pela visibilidade restrita da ALMG nos meios de comunicação, o desinteresse da população mineira por política e a desconfiança generalizada em relação às instituições políticas. Fuks, entretanto, admite que, mesmo tendo decorrido duas décadas, o impacto das inovações institucionais sobre a opinião pública ainda não pode ser devidamente avaliado, já que isso depende de um processo de longa duração que inclui (1) a transmissão, por meio de uma complexa rede de fluxos informacionais, e a consolidação de atitudes políticas, e (2) a progressiva ampliação dos segmentos sociais que estabelecem contato direto com a instituição.

Esperamos que as análises e perspectivas reunidas neste dossiê possam contribuir para subsidiar o debate em curso que vem se ampliando no Brasil face às crises irrompidas desde os últimos anos. Bom proveito!

Referências

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.

_____. **Declaration**. Nova York: Argo Navis Author Service, 2012.

KARATANI, Kojin. **The structure of world history**: from modes of production to modes of exchange. Durham, Duke University, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The capitalist world-economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

_____. **The politics of the world-economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. **Geopolitics and geoculture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

_____. O que significa hoje ser um movimento antissistêmico? In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Ed. Cortez, 2005. p. 263-276.

_____. **World-systems analysis**: an introduction. Durham: Duke University Press, 2007.